



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS**

DECRETO Nº. 12.961/2018

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO –  
COMTUR - DE DIVINÓPOLIS-MG.

O Prefeito Municipal de Divinópolis, GALILEU TEIXEIRA MACHADO, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o regimento interno do Conselho Municipal de Turismo-  
COMTUR- de Divinópolis-MG, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 26 de junho de 2018.

**GALILEU TEIXEIRA MACHADO**  
*Prefeito Municipal*

**ROBERTO ANTÔNIO RIBEIRO CHAVES**  
*Secretário Municipal de Governo*

**JOSÉ ALONSO DIAS**  
*Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Turismo*

**WENDEL SANTOS DE OLIVEIRA**  
*Procurador-Geral do Município*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

## REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR DE DIVINÓPOLIS MG

### CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

**Art.1º** - O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, criado pela Lei nº 185 de 25 de abril de 2018, **será de regime consultivo** e tem seguintes finalidades:

- I – Formular e desenvolver a Política e o Plano Municipal de Turismo;
- II – Formular o plano de ação de recursos do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR;
- III – Apreçar os projetos que lhe sejam submetidos relativos à Política Municipal de Turismo e do Plano Municipal de Turismo através do FUMTUR;
- IV – Avaliar e fiscalizar periodicamente o desempenho dos trabalhos desenvolvidos pelo órgão colegiado;
- V – Suprir, mediante decisão coletiva, homologada por decreto do Executivo, os casos omissos;
- VI – Apoiar iniciativas que venham incrementar o turismo no Município de Divinópolis e promover melhorias na infra-estrutura turística receptiva;
- VII – Promover junto às autoridades de classe, campanhas no sentido de conscientizar a comunidade sobre a importância do turismo como atividade econômica;
- VIII – Estimular e organizar o turismo sustentável, preservando a identidade cultural e ecológica do Município;
- IX – Fomentar a elaboração e implantação de um Plano Municipal de Turismo.

### CAPÍTULO II - DA COMPOSIÇÃO

**Art.2º** - O Conselho de Turismo, em regime consultivo, será constituído por 04 (quatro) membros do Poder Executivo, 01 (um) membro do Poder Legislativo e 05 (cinco) membros da Sociedade Civil organizada, e que tenham interesse pelo desenvolvimento e fomento do turismo sustentável em Divinópolis, abaixo relacionados:

- I – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Turismo;
- II – Secretaria Municipal da Cultura;
- III – Secretaria Municipal da Educação;
- IV – Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Políticas Urbanas;
- V - Câmara Municipal de Divinópolis;
- VI – Associação Comercial e Industrial de Divinópolis - ACID;
- VII – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL;
- VIII – Sindicato Rural de Divinópolis;
- IX – Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Divinópolis - SIETHD.

**§ 1º** - Na indicação dos membros deverão ser indicados titular e suplente, os quais serão nomeados pelo Prefeito Municipal, através de decreto.

**§ 2º** - O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, **será de regime consultivo** e terá a seguinte estrutura:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

- a) Diretoria Executiva;
- b) Comissão Fiscal;
- c) Membros.

**§ 3º** - A Diretoria Executiva, escolhida pelos conselheiros em sua primeira reunião anual, será composta por:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Secretário do Conselho.

**§ 4º** - A Comissão Fiscal será composta por 03 (três) membros eleitos em reunião.

**§ 5º** - O mandato dos membros será de 02 (dois) anos, admitida sua recondução por mais um período.

**§ 6º** - Quando ocorrer uma vaga, o novo membro designado, completará o mandato de substituto.

**§ 7º** - O mandato dos membros do Conselho será exercido gratuitamente e suas funções consideradas como prestação de serviços relevantes ao Município.

**§ 8º** - A presidência e vice-presidência será ocupada alternadamente, a cada dois anos, na renovação do Conselho, por um representante do Poder Executivo e da Sociedade Civil organizada.

### CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES E PROCEDIMENTOS

#### SEÇÃO I - Da competência do COMTUR

**Art.3º** - Ao COMTUR compete:

- I – Formular e desenvolver a Política e o Plano Municipal de Turismo;
- II – Formular o plano de ação de recursos do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR;
- III – Apreciar os projetos que lhe sejam submetidos relativos à Política Municipal de Turismo e do Plano Municipal de Turismo através do FUMTUR;
- IV – Avaliar e fiscalizar periodicamente o desempenho dos trabalhos desenvolvidos pelo órgão colegiado;
- V – Suprir, mediante decisão coletiva, homologada por decreto do Executivo, os casos omissos;
- VI – Apoiar iniciativas que venham incrementar o turismo no Município de Divinópolis e promover melhorias na infra-estrutura turística receptiva;
- VII – Promover junto às autoridades de classe, campanhas no sentido de conscientizar a comunidade sobre a importância do turismo como atividade econômica;
- VIII – Estimular e organizar o turismo sustentável, preservando a identidade cultural e ecológica do Município;
- IX – Fomentar a elaboração e implantação de um Plano Municipal de Turismo.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

**Art. 4º** - O órgão coordenador e executor de Política Municipal de Turismo é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Turismo.

**Art. 5º** - Compete ao órgão executor da Política de Turismo oferecer infra-estrutura e pessoal necessário para o funcionamento do Conselho Municipal de Turismo.

**Art. 6º** - O Conselho reunir-se-á bimestralmente em caráter ordinário e, extraordinariamente, com registro em ata, tantas vezes quantas necessárias, sempre por convocação do seu Presidente ou, na sua ausência, do seu vice-presidente, com antecedência mínima de quarenta e oito horas, com indicação da pauta e do local em que as mesmas se realizarão.

**§ 1º** - Os membros do COMTUR estarão dispensados de comparecer às sessões, por ocasião de férias ou licenças que lhe forem regularmente concedidas pelos respectivos órgãos, repartições ou empresas onde desenvolvem suas atividades.

**§ 2º** - O Presidente será substituído em suas ausências ou impedimentos pelo Vice-presidente do COMTUR.

**§ 3º** - Os membros do Conselho em suas ausências, serão substituídos pelos seus respectivos suplentes.

### SEÇÃO II - Da competência do Presidente

**Art. 7º** - Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Turismo:

- I - representar o Conselho em toda e qualquer circunstância;
- II - presidir as reuniões do Conselho;
- III - convocar as reuniões extraordinárias, dando ciência a seus membros com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, por *e-mail*, contato telefônico, por correspondência ou pessoalmente;
- IV - coordenar as atividades do Conselho;
- V - cumprir e fazer cumprir as determinações do Regimento Interno;
- VI - propor ao Conselho as reformas do Regimento Interno;
- VII - assinar as atas de reuniões, juntamente com o Secretário;
- VIII - adotar as providências necessárias ao acompanhamento, pelo Conselho, da execução dos projetos e propostas de interesse turístico do Município;
- IX - abrir, prorrogar, encerrar ou suspender as reuniões do Conselho;
- X - convidar pessoas de interesse do Conselho para participar das reuniões, com direito a voz e não a voto, com o objetivo de colaborar com o Conselho;
- XI - determinar a verificação de presença, através do respectivo livro;
- XII - determinar a leitura de atas e de comunicações que entender necessárias;
- XIII - conceder a palavra aos membros do Conselho;
- XIV - colocar matéria em discussão e votação;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS**

- XV** - anunciar o resultado das votações;
- XVI** – ter o voto de qualidade;
- XVII** - decidir sobre questões de ordem ou submetê-las à consideração dos membros do Conselho, quando omissos o Regimento;
- XVIII** - propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;
- XIX** - mandar anotar os precedentes regimentais, para solução de casos análogos;
- XX** - estabelecer relação para o estudo preliminar dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;
- XXI** - visar os livros e documentos destinados aos serviços do Conselho e seu expediente;
- XXII** - determinar o destino do expediente lido nas reuniões;
- XXIII** - agir em nome do Conselho, ou delegar representação aos membros, para manter os contatos com as autoridades e órgãos afins.

### **SEÇÃO III - Da competência do Vice-presidente**

**Art.8º** - Ao Vice-Presidente do Conselho Municipal de Turismo compete colaborar com o Presidente e substituí-lo nos impedimentos.

### **SEÇÃO IV - Da competência do Secretário**

**Art.9º** - Ao Secretário do Conselho Municipal de Turismo compete:

- I** - assessorar o Presidente na elaboração das pautas das reuniões e nas matérias técnicas;
- II** - secretariar as reuniões do Conselho;
- III** - organizar a ordem do dia das reuniões ordinárias e enviar a pauta aos membros, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- IV** - preparar as atas das reuniões e assiná-las conjuntamente com o Presidente;
- V** - receber todo o expediente endereçado ao Conselho, registrar e tomar as providências necessárias;
- VI** - responsabilizar-se pelos livros, atas e outros documentos do Conselho.

### **SEÇÃO V - Da competência dos membros do Conselho**

**Art.10º** - É da competência dos Membros Titulares do Conselho:

- I** - comparecer às reuniões do Conselho;
- II** - eleger, entre seus pares, o Presidente e o Vice-Presidente;
- III** - estudar os assuntos que lhe forem submetidos, emitindo parecer;
- IV** - participar das discussões, apresentando proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;
- V** - votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho;
- VI** - pedir vista de pareceres ou resoluções e solicitar o andamento de discussões e votações;
- VII** - obedecer às normas regimentais;
- VIII** - assinar atas, resoluções e pareceres;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

- IX** - apresentar retificações ou impugnações das atas;
- X** - justificar seu voto, dentro do prazo fixado pelo Presidente;
- XI** - apresentar à apreciação do Conselho quaisquer assuntos relativos à sua atribuição;
- XII** - desempenhar os encargos que lhes forem atribuídos pelo Presidente, apresentando o competente relatório;
- XIII** - comunicar, previamente ao Presidente, a ausência ou impossibilidade de comparecer às reuniões para as quais forem convocados.

**Art.11º** - É da competência dos Membros Suplentes do Conselho:

- I** - comparecer facultativamente as reuniões do Conselho, somente com direito a voz;
- II** - substituir os Membros Titulares em caso de faltas, impedimentos ou licenças médicas, exercendo as mesmas atribuições e funções.

### SEÇÃO VI - Dos grupos de trabalho

**Art.12º** O Presidente do Conselho Municipal de Turismo poderá constituir grupos de trabalho, para estudos e trabalhos especiais, relacionados à competência do Conselho.

**§1º** Os grupos constituídos terão no mínimo 3(três) membros, podendo deles participar, a juízo do plenário, pessoas estranhas ao COMTUR.

**§2º** O Presidente do Conselho observará o princípio de rodízio e, sempre que possível, conciliará a matéria em estudo com a formação dos membros da comissão.

**§3º** Os grupos terão seus respectivos Coordenadores designados pelos próprios membros.

**Art.13º** - As comissões estabelecerão o seu programa de trabalho, cujo resultado será apreciado pelo Conselho Municipal de Turismo.

**Art.14º** - As comissões extinguir-se-ão, uma vez aprovado pelo plenário, o relatório dos trabalhos que executarem.

### SEÇÃO VII - Das reuniões do conselho e das eleições

**Art.15º** - O COMTUR será de regime consultivo se reunirá ordinariamente de fevereiro a dezembro, na primeira segunda-feira de cada mês, na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Turismo, ou outro local definido pelo Presidente, com o quorum mínimo de 5 (cinco) membros, exceto quando se tratar de alteração do Regimento Interno, caso em que serão necessários os votos favoráveis de dois terços de seus membros.

**§1º** Caso a primeira segunda-feira coincida com datas comemorativas e/ou feriados, não haverá reunião e caberá ao Presidente do Conselho estabelecer uma nova data.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

**§2º** Após a assinatura da lista de presença, com o número legal de conselheiros, o Presidente declara aberta a reunião, com duração máxima de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos.

**§3º** Não havendo número legal, o Presidente efetivo ou eventual aguardará durante 15 (quinze) minutos, para que se complete esse número e, caso não ocorra, fará lavrar ata sintética pelo Secretário ou “*ad doc*” com o registro dos nomes dos conselheiros presentes, declarando em seguida prejudicada a realização da reunião.

**§4º** O COMTUR poderá ser convocado extraordinariamente pelo seu Presidente ou por solicitação de um terço de seus membros titulares, ou ainda, pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Turismo.

**Art.16º** - As reuniões serão presididas pelo Presidente do COMTUR, na sua ausência pelo Vice-Presidente, na ausência de ambos, pelo Secretário do Conselho e na ausência dos três, pelo Conselheiro de maior idade entre os presentes.

**Art.17º** - As reuniões do COMTUR serão previamente divulgadas e abertas ao público interessado, que não terá direito a voz nem a voto.

**Art.18º** - A Ordem do Dia será organizada com os assuntos apresentados para discussão, acompanhados dos respectivos pareceres.

**Art.19º** - A ordem dos trabalhos do Conselho será a seguinte:

- I - leitura, aprovação e assinatura da ata da reunião anterior;
- II - expediente;
- III - Ordem do Dia;
- IV - outros assuntos de interesse.

**§1º** O expediente destina-se à leitura da correspondência recebida e de outros documentos.

**§2º** A leitura da ata poderá ser dispensada pelo plenário quando sua cópia tiver sido distribuída aos membros do Conselho.

**Art.20º** - Após a leitura do parecer, o Presidente submeterá o assunto à discussão, dando a palavra ao membro que a solicitar.

**Parágrafo único.** O período de discussão de cada matéria será previamente fixado pelo Presidente, cabendo a cada membro o mesmo espaço para debater os assuntos.

**Art.21º** - As matérias apresentadas na Ordem do Dia serão objeto de discussão e votação na reunião em que forem apresentadas.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

**Art.22º** - A matéria apresentada na reunião poderá ser discutida e votada na reunião seguinte, sendo facultado a qualquer membro do Conselho pedir vista em matéria de debate.

**§1º** O prazo de vista será de 5 (cinco) dias, podendo, a critério do Presidente, ser prorrogado ou reduzido, segundo a complexidade e a urgência da matéria.

**§2º** Quando a discussão, por qualquer motivo, não for encerrada em uma reunião, ficará automaticamente adiada para a reunião seguinte.

**Art.23º** - Durante as discussões, os membros do Conselho poderão:

I - levantar questões de ordem, expondo-as dentro do prazo fixado pelo Presidente;

II - apresentar emendas ou substitutivos;

III - opinar sobre os relatórios apresentados;

IV - propor providências para a instrução do assunto em debate.

**Art.24º** - As propostas apresentadas durante a reunião deverão ser classificadas, a critério do Presidente.

**Art.25º** - O encaminhamento das questões de ordem, não previstas neste Regimento, será decidido pelo Presidente.

**Art.26º** - Encerrada a discussão, a matéria em estudo será submetida votação do plenário, juntamente com as emendas e/ou substitutivos apresentados.

**Art.27º** - A votação poderá ser simbólica ou nominal.

**§1º** A votação simbólica far-se-á conservando-se sentados os que aprovam e levantados os que desaprovam a proposição.

**§2º** A votação simbólica será regra geral para as votações, somente sendo abandonada por solicitação de qualquer membro, aprovada em plenário.

**§3º** A votação nominal será feita pela chamada dos presentes, devendo os membros do Conselho responder sim ou não, conforme sejam favoráveis ou não à proposição.

**Art.28º** - Ao anunciar o resultado das votações, o Presidente declarará quantos votos foram favoráveis ou contrários.

**Parágrafo único.** Havendo dúvidas sobre o resultado, o Presidente poderá pedir aos membros que se manifestem novamente.

**Art.29º** - Cabe ao plenário decidir o tipo de votação a ser adotado.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

**Art.30º** - Não poderá haver voto por delegação.

**Art.31º** - As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples.

**Art.32º** - O Vice-Presidente, quando não estiver no exercício da Presidência, e o Secretário terão direitos a voz e voto, como os demais membros.

**Art.33º** - As decisões do COMTUR deverão ser tomadas sob a forma de resoluções.

**Art.34º** - Para fins da escolha dos membros do COMTUR, os interessados serão convocados pela Prefeitura a cada 2 (dois) anos.

**Parágrafo único.** A assembléia para eleição e as indicações pelas entidades e pelo Poder Público Municipal deverão ser realizadas até a primeira quinzena do mês anterior ao término do mandato da Diretoria, cabendo a autoridade constituída regulamentá-la.

**Art.35º** - A eleição para a escolha do Presidente e Vice-Presidente do COMTUR será realizada na primeira reunião de cada mandato, por maioria absoluta dos seus membros, em escrutínio secreto, através de convocação do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Turismo, que regulamentará e coordenará o processo eleitoral, contudo, não poderá em hipótese alguma influenciar em seu resultado.

**§1º** Em caso de vacância ou dispensa do Presidente e/ou do Vice-Presidente, será convocada reunião extraordinária para nova eleição, nos moldes do *caput* deste artigo.

**§2º** No caso de vacância do Secretário, será encaminhado ofício ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Turismo, para que seja indicado novo membro a ocupar o cargo em questão.

### SEÇÃO VIII - Das atas

**Art.36º** - As decisões do Conselho serão registradas em ata.

**§1º** As atas deverão ser escritas seguidamente, sem rasuras ou emendas.

**§2º** As atas serão subscritas pelo Presidente do Conselho, pelo Secretário e por todos os membros presentes à reunião.

**Art.37º** - Ata é o registro escrito do resumo das ocorrências verificadas nas reuniões do Conselho.

**Art.38º** - As atas deverão conter:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

- I - dia, mês, ano, local e hora da abertura e encerramento da reunião;
- II - o nome do presidente ou de seu substituto legal;
- III - os nomes dos membros que comparecerem à reunião, bem como o registro dos eventuais convidados;
- IV - o registro dos fatos ocorridos, dos assuntos tratados, dos pareceres, mencionando-se sempre a natureza dos estudos efetuados.

**Art.39º** - Lida no começo de cada reunião, a ata da sessão anterior será discutida e retificada, quando for o caso.

**Art.40º** - As atas serão registradas e arquivadas, sendo do Secretário do Conselho a responsabilidade pela organização e guarda dos documentos.

### SEÇÃO IX - Das substituições e perdas do mandato

**Art.41º** - Os membros do Conselho estarão dispensados de comparecer às reuniões, por ocasião de licença médica ou odontológica, devidamente comprovada através do respectivo atestado e de férias ou de licenças, que lhes forem regularmente concedidas pelos respectivos órgãos, repartições ou empresas onde desenvolverem suas atividades.

**Parágrafo único.** Os afastamentos decorrentes de licença ou férias deverão ser comunicados ao Conselho, com antecedência de 15(quinze) dias, salvo motivo urgente ou de força maior, devidamente justificado.

**Art.42º** - Os membros do Conselho perderão o mandato nas seguintes hipóteses:

- I - falta injustificada a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6(seis) alternadas durante o ano;
- II - prática de atos irregulares ou de improbidade.

**Art.43º** - O Presidente do Conselho é a autoridade competente para declarar a perda de mandato de qualquer membro, após ser apurada a infração ou falta grave, cabendo recurso aos membros do Conselho, que decidirão por maioria simples a permanência ou não do membro excluído.

**Art.44º** - A exclusão e a conseqüente perda do mandato, serão comunicadas por escrito ao Chefe do Executivo, que determinará a lavratura do ato competente e designará o suplente ou substituto para ocupar a vaga do excluído.

**Parágrafo único.** No caso de vacância do suplente, será indicado um novo nome (no caso de representante do Poder Público) ou assumirá o próximo candidato interessado mais votado (no caso de representante da sociedade civil).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

**Art.45º** - Quando ocorrer vaga, o novo membro em substituição completará o mandato do substituto.

### CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art.46º** - A função dos membros do COMTUR, honorífica e não remunerada, é considerada de relevante interesse público.

**Art.47º** - Este Regimento poderá ser alterado, mediante proposta de qualquer membro do Conselho, sendo necessários os votos favoráveis de dois terços de seus membros.

**Art.48º** - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação do presente Regimento serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Turismo, observada a legislação em vigor.

Divinópolis, 26 de junho de 2018.